



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Paulo Azi)

Solicita que esta CPI requirite ao Instituto de Seguridade dos Correios e Telégrafos POSTALIS cópia de contratos, estudos e outros documentos relacionados às operações de aquisição, participação societária, aplicações de renda variável entre outras, que tenham envolvido investimentos com recursos do Fundo no período de 2003 a 2015.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta CPI, criada “*investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes*”, requirite ao Instituto de Seguridade dos Correios e Telégrafos POSTALIS os seguintes documentos:

- 1) Cópia de todos os contratos, relatórios e estudos relacionados a investimentos do POSTALIS tanto os de aquisições de imóveis, quanto de investimentos em operações estruturadas, aplicações em fundos de renda fixa, títulos ou cartas de crédito lastreadas em dívidas, participações societárias e relatórios de investimentos em renda variável, firmados entre 2003 e a data deste requerimento;
- 2) Cópia dos estudos e análises que embasaram as decisões de investimento relativas às operações mencionadas no item anterior;
- 3) Cópia de quaisquer outros documentos relacionados às operações mencionadas no item 1;
- 4) Cópia da ata de todas as reuniões de diretoria entre 2003 e a data deste requerimento;

JUSTIFICAÇÃO

Diversos órgãos da imprensa têm noticiado déficits recordes em fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos. Muitas dessas notícias estão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ligadas a má gestão dos recursos destes fundos de previdência e algumas falam em corrupção propriamente dita.

O Estadão de 23/03/2015 noticiou que o Postalis apresenta um déficit atuarial de R\$ 5,6 bilhões, provocado por investimentos suspeitos, pouco rentáveis ou que não tiveram ainda rendimento repassado ao fundo. Integrantes do fundo argumentam que o déficit bilionário é resultado da má administração dos investimentos nos últimos anos. Também acusam os Correios de não terem pago a dívida que têm com o Postalis.

Também em notícia do Estadão de 08/07/2015, foi apurado que a Justiça Federal de São Paulo determinou o bloqueio dos bens de 20 pessoas ligadas ao Postalis e a empresas do setor imobiliário que negociaram a venda de um terreno para o fundo no valor de R\$ 196 milhões. As suspeitas são de que o negócio tenha sido feito de forma irregular.

Ainda as suspeitas em torno da operação se deram porque uma empresa com sede na Nova Zelândia, a Latam Real State, atravessou o negócio do Postalis. O fundo de pensão estava negociando a área em Cajamar diretamente com o empresário Luiz Fernando Pires. De acordo com reportagem da revista Época de novembro de 2014, o Postalis estava disposto a pagar R\$ 194 milhões pelo terreno, mas Pires o vendeu por R\$ 150 milhões à Latam, que três meses depois o revendeu ao Postalis pelo valor oferecido ao fundo.

Diante de todo o exposto, de forma a bem realizar os trabalhos desta Comissão, solicitamos cópia dos documentos citados neste Requerimento, imprescindíveis para a realização de uma adequada investigação acerca dos fatos amplamente divulgados e documentados.

Sala da Comissão, em de de 2015.

PAULO AZI
Deputado Federal
Democratas/BA